

# **Aula Inaugural dos Cursos de Altos Estudos da Escola de Guerra Naval no Ano de 2010**

Álvaro Luiz Pinto  
Almirante-de-Esquadra  
Chefe do Estado-Maior da Armada

É com grande satisfação que retorno à Escola de Guerra Naval, agora como Chefe do Estado-Maior da Armada, para proferir esta aula inaugural dos Cursos de Altos Estudos Militares, do ano de 2010.

Na Escola de Guerra Naval adquirem-se novos conhecimentos que levam à formulação de procedimentos, exercitando-se metodologias aplicáveis à solução de problemas administrativos e militares. Os procedimentos, uma vez consolidados, irão compor as Doutrinas Navais, adequadas à evolução das situações político-estratégicas de Emprego do Poder Naval. Nestes bancos escolares, os Oficiais terão a oportunidade de conviver com seus colegas, trocando suas experiências. Em breve, juntos, enfrentarão novos desafios – presentes e futuros, sejam eles materiais, financeiros ou humanos.

O mundo moderno, em constante mudança, impõe alterações até então inéditas na formação profissional. Em princípio, estas mudanças são difíceis de serem compreendidas, pois geralmente nossas percepções são fundamentadas sobre as experiências passadas. Desse modo, a qualificação para o exercício de um determinado cargo, traduzida na preparação específica para as funções a serem desempenhadas, deve ser revista, em face da nova realidade que se configura para este século.

Essa realidade exige do profissional uma noção ampla de como funciona a organização para a qual trabalha, o discernimento do meio ambiente que a envolve e a percepção da importância para o público externo de sua profissão, ou seja, como a sociedade visualiza a nossa Instituição, e principalmente, o produto final de nosso trabalho.

Estudiosos do assunto projetam, para este século, um novo perfil do trabalhador moderno, resultado de uma formação profissional que extrapola conhecimentos específicos de uma determinada ocupação, privilegiando a capacitação para exercer o seu trabalho com maior amplitude e flexibilidade.

O Plano Estratégico da Marinha estabelece, como uma das Diretrizes para o Planejamento Naval, a otimização do emprego de recursos humanos,

de modo a privilegiar o atendimento, com qualidade e em quantidade compatível aos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais. Ciente dessa situação, a Alta Administração Naval dedica especial atenção ao aprimoramento profissional de seu pessoal, destacando-se o investimento nos Cursos de Altos Estudos Militares. Os Senhores, que foram selecionados para cursá-los, passam a ter, dia a dia, maior participação e responsabilidade nos destinos da Marinha, não só pela antiguidade que alcançaram, mas também pela vivência e conhecimentos adquiridos ao longo de todos esses anos de carreira. Desta forma, concito a todos que se dediquem intensamente às atividades acadêmicas, ressaltando que a Marinha faz um grande esforço para manter e atualizar seus cursos, contratar bons professores e proporcionar as viagens de estudos necessárias à sedimentação do aprendizado.

Apresento, assim, as boas-vindas aos representantes das Marinhas amigas da África do Sul, Argentina, Estados Unidos da América, Paraguai, Peru e da Venezuela; aos Servidores Civis da Marinha e aos companheiros da Marinha Mercante, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, nos cursos do corrente ano. O período em que estarão estudando lado a lado com os nossos Oficiais, além de ser um privilégio para a Marinha do Brasil, possibilitará aos Senhores conhecerem melhor as características e peculiaridades de nossa Força e os principais aspectos concernentes ao Poder Naval que contribuem para a consecução dos interesses nacionais. Será, certamente, uma boa oportunidade para o fortalecimento dos laços de amizade e de estreitamento das relações já existentes entre nossas instituições e nossos Países. Senhores Almirantes, Capitães-de-Mar-e-Guerra e Capitães-de-Fragata, em cargos de Comando e Direção no Rio de Janeiro que, com as suas presenças, prestigiam este evento, agradeço o comparecimento.

Selecionei para a apresentação o tema **“A Sociedade, a Marinha do Brasil e a Estratégia Nacional de Defesa”**, por considerá-lo de fundamental importância para o conhecimento e reflexões dos Oficiais dos Cursos de Altos Estudos Militares dessa Escola, tendo em vista a participação, sempre crescente, da Marinha em atendimento às demandas, atuais e futuras, da sociedade brasileira. Acrescentarei algumas considerações às quais julgo relevantes sobre a Estratégia Nacional de Defesa (END), no que diz respeito à sociedade e à Marinha do Brasil (MB).

Para a apresentação do tema, seguirei o seguinte **SUMÁRIO**:

- a **“INTRODUÇÃO”**, que acabo de realizar;
- veremos uma síntese das **“NOVAS AMEAÇAS À SOCIEDADE”**;
- abordarei posteriormente **“O QUE A SOCIEDADE ESPERA DA MARINHA”**;

- em seguida falarei sobre a **“ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E SUAS PERSPECTIVAS E IMPLICAÇÕES PARA A MB”**;

- e, por último, encerrarei a exposição apresentando algumas **“PALAVRAS FINAIS”**.

## II – Novas Ameaças à Sociedade

Neste tópico, minha intenção é a de ressaltar aspectos político-estratégicos de interesse e que têm reflexos na sociedade brasileira.

Diversos países, em face do surgimento de cenários cada vez mais imprecisos, estão procurando reavaliar a missão de suas Forças Armadas, o que, em síntese, refere-se às questões fundamentais sobre o preparo e o emprego das forças militares. Neste contexto, as Forças Armadas devem ser preparadas e empregadas na guerra convencional (nos padrões clássicos e com o emprego de armas convencionais), ou devem ser orientadas para fazer frente às **“novas ameaças”**, ou seria mandatório desenvolver o potencial para os dois casos?

As transformações ocorridas a partir do desmantelamento da União Soviética fizeram surgir uma nova ordem mundial, caracterizada pela multiplicidade de níveis de conflitos, cuja existência não era nova, mas posta em segundo plano, em função do campo bipolar de tensão mundial decorrente da Guerra Fria. Percebeu-se, a partir da década de 90, um mundo mais complexo, em que se passou a observar, com maior acuidade, os conflitos de baixa intensidade, de caráter regional e ininterrupto, e ainda outros tipos de contenciosos capazes de provocar crises mundiais, como os étnicos e os religiosos. Assim, assistimos aos atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América e, posteriormente, no Japão, Arábia Saudita, Tanzânia, Quênia, Tunísia, Indonésia, Marrocos, Espanha, Reino Unido, Egito, Argélia e no Iêmen, que demonstraram que o terrorismo internacional foi e será capaz de infligir a qualquer Estado a insegurança em todos os ambientes, acarretando perdas de vidas humanas e danos econômicos. Apesar de não ser um fenômeno novo, o emprego do terrorismo foi acompanhado por outros elementos de insegurança, reconhecidos como crimes transnacionais, introduzidos na discutida ordem mundial, em escalas e valores diferenciados.

O **narcotráfico** constitui-se em uma das maiores ameaças à segurança regional e hemisférica. Desestabiliza e corrompe governos e instituições, causa um enorme mal à sociedade e conduz à falência seus valores morais e sociais. Passou a ser a variante mais lucrativa do crime internacional. Os cartéis, cada vez mais evoluídos em organização e financeiramente, além dos

ambientes terrestres e aéreos, passaram a utilizar os espaços marítimos, valendo-se da existência de vazios jurídicos no Direito Internacional Marítimo, além da dificuldade dos Estados desenvolverem uma fiscalização eficaz de suas águas jurisdicionais. Os resultados monetários auferidos pelo narcotráfico podem ainda se constituir em uma forma de financiamento de organizações criminosas e possuir vínculos com o **tráfico de armas e de pessoas**.

A proliferação dos atos de **pirataria e de roubo armado** de navios é outra preocupação mundial, tornando-se uma ameaça real ao comércio marítimo. As organizações criminosas voltadas para a pirataria estão refinando seus métodos e procedimentos, com o emprego de armas automáticas sofisticadas, granadas e até mesmo foguetes. Passaram a utilizar “navios-mãe” para atacarem, cada vez mais longe da costa, obrigando muitos países a alterarem a rota dos seus navios mercantes, aumentando a duração da viagem, com o conseqüente incremento do consumo de combustível e do valor final do frete. Por vezes esses atos resultam em perdas de vidas humanas. Segundo dados do Escritório Marítimo Internacional, somente no primeiro trimestre de 2009, 29 navios foram capturados em 114 ataques. A maior incidência de casos ocorre na África Oriental, em especial no Golfo de Aden, na Somália; e no Estreito de Málaca, entre a Malásia e a Indonésia. A América do Sul, até este momento livre da modalidade de pirataria, apresenta, no entanto, casos isolados de roubo armado. A seriedade da situação levou a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Européia (UE), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e diversos países a enviarem grupamentos operativos de navios ao Golfo de Aden, na tentativa de conter o avanço dessa ameaça transnacional, combatendo estes criminosos.

A **imigração ilegal**, causada pela instabilidade política e social observada em determinados Estados, constitui-se em um desafio para países mais desenvolvidos. Muitos emigrantes são solicitantes de asilos políticos; outros, porém, transfiguram-se como refugiados para cometerem atos terroristas ou crimes transnacionais.

As **ameaças ecológicas**, representadas por desastres ambientais e por disputas de recursos marinhos cada vez mais escassos, podem afetar países sob o ponto de vista econômico e são percebidas como fatores de possíveis tensões entre os países litorâneos.

A possibilidade da **proliferação das armas de destruição em massa, químicas, biológicas ou nucleares**, bem como do tráfico de armas convencionais, são reconhecidas como ameaças para a estabilidade dos Estados e para a segurança internacional. O emprego dessas armas, por grupos terroristas, é considerado factível, caso tenham oportunidade para fazê-lo.

Outro novo fator responsável pela desestabilização da segurança mundial refere-se à existência de nações que proporcionam, ostensivamente ou não, **asilo para organizações terroristas**, contribuindo para a formação de bases de operações em seus territórios, fomentando a instabilidade internacional.

Essas e outras questões tornaram **a percepção das ameaças difusa no que tange aos interesses nacionais**, em especial no campo da segurança internacional e regional, obrigando aos países a adequarem suas estruturas de defesa à nova realidade, com o decorrente debate sobre a revisão constitucional e de todo o arcabouço jurídico atinente ao tema defesa, o que compreende a discussão sobre as novas missões para as Forças Armadas.

Nesse cenário de incertezas, é possível observar o ambiente marítimo como um dos meios que poderão propiciar o crescimento dessas potenciais ameaças. Os mares e oceanos ocupam 2/3 do globo terrestre, sendo que, em sua maioria, fora da jurisdição de qualquer Estado.

Ao longo da história da Humanidade, o mar sempre foi a via primordial dos contatos internacionais, facilitador de migrações e descobrimentos, veículo das revoluções econômicas, fonte de riquezas e desafio para a segurança dos Estados.

Nos dias atuais, as vias marítimas são responsáveis por cerca de noventa e cinco por cento das trocas comerciais entre os países, onde circulam cerca de 4,5 trilhões de dólares por ano. Cabe ressaltar que a maior parte desse comércio é constituído de grãos e combustíveis. Segundo a Organização Marítima Internacional, sem a garantia das trocas comerciais que trafegam pelas linhas de comunicações marítimas metade da humanidade morreria de fome. As atenções do mundo também estão voltadas para as imensas potencialidades do ambiente marinho, bem como, para as questões cada vez mais sensíveis relacionadas à poluição.

De fato, as ameaças às quais está exposta a sociedade mundial são consideradas de proporções relevantes. Os espaços marítimos são globais, como também são as relações comerciais. Muitas nações, mesmo com diferentes níveis de desenvolvimento, possuem atividades comerciais mais ou menos intensas e, portanto, são dependentes da segurança das rotas marítimas e das infraestruturas que suportam tais atividades.

Assim, em adição à iniciativa da Organização Marítima Internacional de promover o Código Internacional de Proteção para Navios e Instalações Portuárias (ISPS CODE), foi concebida uma nova estratégia para a segurança marítima, pautada no conceito de **“Consciência do Domínio do Mar”**. Essa estratégia baseia-se no efetivo conhecimento de qualquer fato associado com o ambiente marítimo e que possa influenciar, de forma adversa, a segurança

(aqui entendido como os tradicionais conceitos de *safety* e *security*), a economia ou o meio ambiente de um Estado Costeiro.

O propósito desse conceito é o desenvolvimento da capacidade de identificação das ameaças o mais breve e o mais distante possível do território nacional, empregando a integração dos sistemas de inteligência, vigilância e navegação, em um mesmo quadro operacional. Assim, os países com elevada vinculação ao comércio marítimo, conscientes de que o combate efetivo às ameaças é um processo complexo, discutem a necessidade de se estabelecer uma rede global de cooperação e compartilhamento de informações para aumentar a **segurança marítima mundial**. Para a concretização do sistema, torna-se imperioso a união de esforços dos atores envolvidos com as atividades marítimas, em nível nacional e internacional. Instituições civis ou militares, públicas ou privadas, nacionais ou não, devem estabelecer normas, coletar e analisar as informações e disseminá-las para outros setores envolvidos com a segurança marítima, visando a facilitar a decisão e as consequentes ações preventivas, ou mesmo coercitivas, no menor tempo possível.

A justificada preocupação atribuída à segurança marítima global para fazer frente às “novas ameaças” tem encontrado paralelo somente na iniciativa de alguns países em manter, e até mesmo ampliar, a sua capacidade para **atuarem em conflitos de âmbito local, regional e global**. As principais alianças militares não alteraram substancialmente seus mandatos e, mesmo após a Guerra Fria, continuaram seus processos de expansão, muitas vezes no sentido de tornarem-se forças militares globais, com ênfase na militarização de rotas estratégicas para segurança energética e de recursos naturais. Tais iniciativas, no futuro, poderão ter como consequência, o aumento do interesse e do controle das águas jurisdicionais de outros países, de acordo com o conceito denominado “jurisdição insinuante”, ou seja, a ampliação de regras e regulamentos no mar que acarretariam na redução da idéia da liberdade dos mares, podendo resultar em disputas e em restrições de mobilidade dos poderes navais.

Por sua vez a América do Sul, afastada dos maiores focos de tensão mundiais, é considerada uma região com relativa estabilidade. No entanto, não há dúvidas de que as **tensões no continente sul-americano** poderão aumentar, à medida que se aprofundem crises como a energética, da água, do meio ambiente e de alimentos. A descoberta de reservas de petróleo e gás na plataforma continental brasileira e a existência de extensas áreas agricultáveis no Brasil, somadas à questão da água potável e da proteção da Floresta Amazônica, poderão colocar o Brasil e a América do Sul no foco da atenção mundial. Neste contexto, é preciso que a questão militar seja vista sob uma nova ótica, na qual o papel das Forças Armadas não esteja limitado à

participação em forças de paz da ONU ou ao enfrentamento das “novas ameaças” – como o terrorismo, o narcotráfico e a pirataria, mas que sejam vistas como o mais importante instrumento de que o Estado dispõe para a **defesa de seus interesses nacionais**.

Esses são alguns dos muitos aspectos concernentes ao mundo globalizado. No campo interno, é fato que nosso País progrediu muito em vários setores, bem como diversas questões foram expostas, debatidas e solucionadas, com ganhos nas áreas social, econômica e política. Entre esses ganhos, destacam-se a gradual inserção da sociedade e o engajamento do Governo Federal nas discussões sobre temas estratégicos e de defesa.

Assim, estou aqui hoje, perante a este auditório, não somente para traduzir realidades e conjunturas, mas para provocar nos Senhores a capacidade de reflexão e o pensamento crítico, para que possam olhar estas questões por diferentes ângulos, para que discutam e apresentem soluções práticas e inovadoras, associadas aos reais anseios do Estado e da sociedade brasileira, diante dos aspectos que mencionei.

### III – O Que a Sociedade Espera da Marinha

As inflexões de ordem política, econômica e social que ocorrem no contexto mundial têm reflexos diretos e muitas vezes relevantes na sociedade brasileira e, naturalmente, nas nossas Forças Armadas.

A Constituição Federal, em seu art. 142, estabelece que as Forças Armadas destinam-se à **defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem**. Logo, conclui-se que a defesa da pátria, relacionada à soberania, à segurança e à defesa externa, é a principal e essencial componente da destinação constitucional das Forças Armadas. A segunda componente refere-se à atuação interna no País, relacionada à **garantia dos poderes constitucionais e à garantia da lei e da ordem**.

Além da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 97, de 1999, estabelece que, sem o comprometimento de sua destinação constitucional, cabe às Forças Armadas o cumprimento das **atribuições subsidiárias**. Uma de **caráter geral**, que versa sobre a cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e a outra, que trata das **atribuições subsidiárias particulares**, específicas de cada Força. Cabem à Marinha, como atribuições subsidiárias particulares, aquelas relacionadas ao Poder Marítimo que abrangem todos os elementos e atividades que capacitam o Estado a fazer uso do mar, ou garanti-lo, em prol dos seus interesses. Recentemente, ainda, foi encaminhado pelo MD à Casa Civil da Presidência da República um

Projeto de Lei Complementar (PLP 543/2009), cujo propósito fundamental da alteração à LC nº 97/1999 é o de conferir, de forma inequívoca, **poder de polícia às Forças Armadas**. Essa alteração possibilitaria a sua atuação, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isolada ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo. Permitirá executar, dentre outras, as ações de patrulhamento; revistas de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e prisões em flagrante.

Ao se levantarem questionamentos sobre a destinação constitucional, a missão da Marinha e sobre o que a sociedade espera da nossa Instituição, devemos analisar, preliminarmente, o resultado do processo histórico e cultural do Estado brasileiro. Isto permitirá identificar as decisões com que ele marcou o seu próprio destino.

Em via de regra o governo, buscando situar-se como intérprete da vontade do povo, fixa seus objetivos que respondam com clareza e propriedade às aspirações nacionais. Eventuais governantes poderão contrariar posições, fato este que, conforme o grau de discordância, favorecerá a eclosão de crises.

Por outro lado, a **continuidade de certos posicionamentos**, ao longo desse processo nacional, expressa uma identificação de objetivos cujo conjunto é a própria **política nacional**. Logo, o estudo de sucessivas **políticas governamentais** constitui importante subsídio para a compreensão daquela política. Uma política nacional legítima buscará aplicar racionalmente o **poder nacional**, orientando-o para o bem comum.

Se o mundo globalizado atravessa por períodos de forte instabilidade, a arte de governar, por sua vez, torna-se cada vez mais difícil e complexa. A obtenção do consenso na condução de políticas governamentais nem sempre é uma realidade, podendo acarretar, em algumas ocasiões, na aplicação indevida do poder nacional.

Quando estudamos o emprego do poder nacional para alcançar os objetivos fixados pela política nacional, consideramos todos os óbices que poderão advir, em escalas tão significativas quanto às parcelas de poder empregadas. Deste complexo sistema de engrenagens surge a **estratégia nacional**, como ferramenta para a obtenção dos objetivos previstos na política, contrapondo-se a todos os óbices. A política e a estratégia nacional precisam ser coordenadas e ajustadas em todas as conjunturas, níveis e áreas de atuação. Devem ser harmônicas entre si. Muitos planos e programas fracassam por não atenderem a esse condicionamento.

A **Política de Defesa Nacional**, conseqüentemente, é um tema de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira, voltada para o planejamento da defesa no seu mais alto nível, com o envolvimento dos setores



civil e militar, em todas as esferas do **Poder**. Enfim, para a obtenção dos objetivos estabelecidos na Política de Defesa Nacional foi promulgada, em 2008, a **Estratégia Nacional de Defesa**.

Retornando à questão central, na formulação das políticas de defesa deve haver a maior participação possível da sociedade brasileira, embora os militares, conforme prevê a Constituição da República, tenham a destinação específica de defender o Estado. Ao mesmo tempo, é natural que as Forças Armadas desempenhem um papel de protagonistas na formulação destas políticas, porém, como já foi observado, para que ela seja legítima é necessário que as propostas militares estejam em sintonia com os anseios do Estado. E como saber se a política está em consonância com estes anseios? E como interpretar as aspirações nacionais?

Para solucionarmos estes e outros questionamentos devemos ter a compreensão do **valor estratégico da Marinha**, que deriva diretamente da percepção do **significado que o mar tem para a sociedade**.

Pelo mar, chegaram os nossos descobridores e, também, os nossos primeiros invasores.

Na época do Império, nele lutamos pela integridade do território e pela defesa dos nossos interesses.

Já no século XX, os ataques aos navios mercantes nos levaram a participar de dois conflitos mundiais.

Com cerca de 8.000 quilômetros de fronteira marítima e mais de oitenta portos marítimos organizados ao longo do litoral, o Brasil ocupa uma invejável posição estratégica no Atlântico Sul.

No que tange aos macro-valores, verifica-se que, aproximadamente, oitenta por cento da população e noventa e três por cento da nossa produção industrial concentram-se a menos de 200 km do litoral, assim como o consumo de oitenta e cinco por cento de energia elétrica das principais cidades.

Apesar de cerca de noventa por cento do nosso comércio exterior ser transportado por via marítima, poucos se dão conta da magnitude do que este dado representa. Em 2009, o volume de comércio totalizou um montante de cerca de 280,5 bilhões de dólares. Ademais, nossos produtos empregam insumos importados, de tal sorte que eventuais interferências com o nosso livre trânsito e com a navegação sobre os mares podem acarretar inevitáveis e consideráveis prejuízos. O processo de globalização da economia mundial, que diminuiu barreiras e fomentou o intercâmbio entre os Estados, aumenta, ainda mais, a dependência que o Brasil possui do mar.

Essa configuração histórica, geográfica, social e econômica do País determina, definitivamente, a nossa vocação marítima, tornando possível

afirmar que o mar é de importância estratégica para as gerações presentes e futuras de brasileiros, que verão aumentadas as possibilidades de descoberta de novos campos de recursos energéticos e de exploração de recursos da biodiversidade marinha. O Brasil tem um promissor caminho a percorrer nos estudos da química, farmacologia e biotecnologia realizados em organismos marinhos, que poderão gerar novos conhecimentos e tecnologias para a produção de fármacos, biomateriais e outros produtos, como biorremediação<sup>1</sup> e bioprocessos.

Os recursos energéticos, vitais estrategicamente, vêm alavancando o crescimento econômico do País e fazendo com que a dependência externa do **petróleo e gás natural** seja, cada vez, menos significativa. Atualmente, a produção de petróleo e gás natural *offshore* é responsável pela maior parte do total nacional. As recentes descobertas dos campos marítimos de Tupi e Júpiter, na medida em que se tornarem viáveis economicamente, poderão incluir o País como um dos importantes atores no seleto grupo de grandes exportadores mundiais.

No que concerne à **pescaria**, essa atividade representa valiosa fonte de alimento para a população, como também uma grande aliada na geração de empregos. Na atualidade, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação estima que a ampliação da produção mundial de pescado, mesmo considerando o forte incremento observado na aquicultura, deverá ficar abaixo da taxa de crescimento populacional.

No Brasil, esse quadro não é diferente, apesar de haver um reconhecido esforço para estender a atividade pesqueira nacional a todo o espaço marítimo brasileiro, de modo a incorporá-la ao atendimento à demanda alimentar da nossa população. É importante, também, mencionar que a atividade pesqueira, bem dimensionada qualitativa e tecnologicamente, poderá contribuir com iniciativas governamentais relacionadas ao combate à fome, bem como em outros campos econômicos.

As ocorrências de **jazidas de carvão mineral no mar** estão localizadas na margem continental brasileira no sul do País, na região situada na costa dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, onde camadas de carvão, com espessura de cerca de nove metros, foram identificadas em profundidades entre 700 e 800 metros, representando uma fonte adicional de energia ao petróleo e gás natural.

**Nódulos polimetálicos e crostas cobaltíferas** foram mapeados em bacias sedimentares oceânicas dos fundos marinhos. Esses recursos, apesar de

---

<sup>1</sup> Uso de processos biológicos para reparar danos ao meio ambiente (utilização de seres vivos para a degradação dos poluentes, mantendo em equilíbrio os ecossistemas).

constituírem uma fonte de cobre, cobalto, níquel e manganês, ainda são pouco estudados no Brasil. No entanto, vários outros países já pesquisam e exploram alguns desses recursos nos fundos marinhos internacionais dos oceanos e em algumas plataformas continentais de países localizados no Oceano Pacífico.

Os **sulfetos polimetálicos e os recursos biotecnológicos** associados são considerados como sendo os recursos marinhos de maior interesse econômico e estratégico, depois do petróleo e gás. Esses recursos têm atraído o investimento de parte das indústrias de mineração e farmacêutica internacionais na Zona Econômica Exclusiva de alguns países e também na Área, esta última sob a jurisdição da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. A soma dessas deposições podem atingir um montante de cem milhões de toneladas e, geralmente, apresentam uma alta concentração de cobre, zinco, chumbo, bário, cádmio, antimônio, além de ouro e prata. No Atlântico Sul, esses recursos podem estar presentes ao longo das cordilheiras meso-ocêânicas e nas proximidades do Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

Não obstante a esse quadro real e promissor, a sociedade ainda possui uma **visão limitada sobre a importância e as potencialidades do mar**, fato este que caracteriza uma mentalidade marítima pouco desenvolvida, podendo **distorcer os seus verdadeiros anseios quanto à Marinha**. Dessa forma, o desafio brasileiro não se remete, apenas, à conservação de estoques pesqueiros e biotecnológicos e à garantia da sustentabilidade do uso dos recursos mencionados, mas, principalmente, à capacidade nacional de discutir e apoiar a fiscalização e a proteção desse imenso espaço marítimo e suas riquezas naturais.

Assim, motivada pela constatação de que esse imenso patrimônio e suas decorrentes questões necessitam ser mais bem inseridas no debate político nacional, a Marinha do Brasil (MB), responsável pela proteção dos interesses da sociedade brasileira no mar, tem divulgado o conceito de **Amazônia Azul**. Nossa Instituição vem, simultaneamente, alertando aos brasileiros, profissionais do mar ou não, acerca da dimensão e da importância estratégica, econômica, social e ambiental dos espaços marítimos sob jurisdição nacional.

No entanto, recentemente, parcelas da sociedade e da mídia vêm clamando, muitas vezes com análises superficiais, pela atuação efetiva das Forças Armadas em áreas governamentais deficientes. Neste escopo, a ampliação da participação da MB nas atribuições subsidiárias ganha peso. Na esfera legal, a já mencionada Lei Complementar nº 97, de 1999, estabelece diversas **atribuições subsidiárias à Força**, tais como:

- orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à Defesa Nacional;

- prover a segurança da navegação aquaviária;
- contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar;
- implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessário, em razão de competências específicas; e
- cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

Em função da multiplicidade e especificidade dessas atribuições, a referida legislação designa o Comandante da Marinha como Autoridade Marítima, sendo de sua competência exclusiva o trato dessas questões.

Deste modo, é evidente que a sociedade anseia pela **segurança marítima**, principalmente no que diz respeito à preservação das rotas comerciais; pelo combate às “**novas ameaças**”; pela **Patrulha Naval**, ao longo da costa brasileira, para a proteção do seu patrimônio marítimo, e pela **Patrulha Fluvial**, esta última em cerca de 40 mil Km de rios navegáveis, os quais por não estarem perfeitamente interligados, exigem inúmeros navios e embarcações de diversos tipos; pela **fiscalização e inspeção de navios** que chegam aos nossos 80 portos ou terminais hidroviários; pela **proteção de centenas de plataformas de exploração de petróleo e terminais petrolíferos** situados na Amazônia Azul, de onde se extraem mais de 90% do petróleo e 80% de gás natural produzidos no Brasil; pela **busca e salvamento de naufragos**, prevista para uma área de proporções continentais, como no recente caso do “Veleiro Concórdia”, pertencente à “*West Island College International*” do Canadá, naufragado a cerca de 300 MN do litoral do Rio de Janeiro, quando a MB e a FAB coordenaram as operações de resgate aos 64 tripulantes daquele navio, com a mobilização de meios navais e aeronavais, aeronaves da FAB e navios mercantes nas proximidades do local; pelo **acompanhamento de navios** que trafegam diariamente de/para portos nacionais na área de responsabilidade SAR do Brasil; pelo **acompanhamento das atividades de pesquisa e de exploração de recursos naturais** por navios e embarcações estrangeiras nas AJB; pela **inspeção naval e a vistoria de qualificação** do pessoal de bordo, de modo a verificar o cumprimento dos requisitos de segurança da navegação aquaviária; pela cooperação na **repressão aos crimes**, quando ocorrerem no mar e em águas interiores; pela **manutenção de faróis, da sinalização náutica, dos balizamentos e a condução de levantamentos hidrográficos**; pela **formação de profissionais aquaviários e regulamentação da praticagem**; pela condução do **Programa Antártico Brasileiro**, com a manutenção da Estação

Antártica Comandante Ferraz; pela **cooperação com o Sistema Nacional de Defesa Civil**, como no recente caso de deslizamentos de terra ocorridos em Angra dos Reis, em que a MB contribuiu com o transporte de material e pessoal, no controle restrito de área marítima e na busca de desaparecidos; pela **assistência médica e odontológica** às populações ribeirinhas na Bacia Amazônica e no rio Paraguai, àqueles que não têm acesso a esses serviços públicos de outra forma; pelas operações de **Assistência Cívico Sociais** nas comunidades carentes; e pelo **apoio à Política Externa brasileira** e participação nas **missões de paz da ONU**.

Observando-se a vasta, e aqui expressa de modo resumido, amplitude de atividades que a sociedade anseia, realizadas pela MB em caráter permanente desde o tempo de paz, e com o propósito de transmitir aos Senhores algumas informações que considero relevantes e que demonstram a importância da MB perante o País e a sociedade brasileira, apresentarei, a seguir, alguns dados pertinentes relacionados a essas **atribuições ditas subsidiárias**, mas que, na verdade, geram um grande esforço adicional de nossa Instituição.

No que tange à responsabilidade sobre a segurança da navegação aquaviária, a MB contabiliza, atualmente, 575.533 **embarcações cadastradas** e aproximadamente 583.398 aquaviários e 586.082 **amadores inscritos**.

As Organizações Militares pertencentes ao Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA), juntamente com o CIAGA e o CIABA, disponibilizaram, em 2009, cerca de 1.775 cursos do **Ensino Profissional Marítimo**, perfazendo mais de 39.600 vagas para aquaviários, portuários e atividades correlatas.

Em 2009, foram executadas 148 atividades de **Patrulha Naval**, sendo apreendidas 187 embarcações; foram inspecionadas, ainda, cerca de 92.400 embarcações nos espaços marítimos sob jurisdição nacional.

A Marinha realizou, nesse mesmo ano, operações de busca e salvamento com o atendimento a 134 embarcações e aeronaves, tendo sido resgatadas, com vida, 327 pessoas. Entre estas atividades, destaca-se a **operação de busca e salvamento ao vôo AF447, da Air France**, que exigiu criteriosa varredura em uma área equivalente a do Estado do Rio Grande do Sul e, em função das distâncias envolvidas, um complexo aparato logístico e elevado grau de coordenação de ações, conjuntamente com a Força Aérea Brasileira.

Nesse ponto da apresentação, não quero meramente descrever todas as atividades subsidiárias que a MB executa em atendimento aos anseios da sociedade. Quero, por meio da compreensão do valor estratégico da Marinha e da percepção desse valor pela sociedade, enfatizar que no Brasil, em particular, nos últimos anos a sociedade não se sentiu estimulada a discutir os problemas relacionados com a destinação principal das Forças Armadas, concentrando-

se, de modo relevante, em focar as ações subsidiárias de nossa Instituição, mais perceptíveis e de elevada visibilidade.

Histórica e constitucionalmente, o País atribuiu às próprias Forças representação para orientar seus destinos. Mas, recentemente, houve uma evolução neste sentido e a sociedade passou a ter maior participação nos planejamentos das Forças Armadas. Neste caso, passou a perceber a importância geopolítica do País, atribuindo prioridade a estudos e soluções voltadas para o preparo e emprego efetivo das Forças na contribuição para a defesa da Pátria.

### III – A Estratégia Nacional De Defesa e Suas Perspectivas Implicações Para a MB

Com a aprovação da END, canalizaram-se os esforços para a concretização dos interesses e objetivos de Estado e da sociedade, no que tange à sua Defesa.

A Estratégia foi lançada no momento em que o Brasil desfruta, a partir de sua estabilidade política e econômica, de uma posição de destaque no contexto internacional, o que exigiu uma **nova postura no campo da defesa** e que só poderá ser consolidado com o envolvimento da sociedade.

Esse evento revestiu-se de características marcantes. Primeiro, por refletir o **inédito engajamento de civis**, principalmente da área política, no sentido de dotar o Brasil de estrutura de defesa compatível com sua dimensão e importância no mundo atual e com capacidade de evoluir para o futuro, além da compreensão de que o sistema de defesa contribui significativa e decisivamente para a evolução econômica, social, política e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Segundo, porque veio a preencher a lacuna existente entre a **Política de Defesa Nacional e a Política Militar de Defesa**, ambas em vigor, compondo com elas o nível mais elevado dos documentos da Defesa Nacional.

Complementarmente, revela-se como oportunidade ímpar de se obter a alocação adequada de recursos financeiros para o prosseguimento de projetos até então paralisados, e de outros que se revelarem necessários à modernização da Marinha.

O documento projeta a evolução do sistema de defesa em **três eixos principais**: a reorganização e reorientação da estrutura das Forças, para melhor desempenharem sua destinação constitucional e atribuições na paz e em conflitos armados; a reorganização da indústria nacional de material de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apóie-se em tecnologias sob domínio nacional; e, por fim, a composição dos efetivos das Forças, com ênfase na

manutenção da obrigatoriedade do serviço militar, ampliando a participação da sociedade. Convém ressaltar que, a despeito do que se divulga na imprensa de uma forma superficial, a END não se destina à mera compra de equipamentos, mas reveste-se de um significado político e estratégico amplo que envolve todo o País nos seus mais abrangentes setores.

Tema de natural preocupação da Marinha, a questão dos recursos financeiros, essenciais à concretização dos seus objetivos, não está contemplada explicitamente no texto da END. Contudo, ao pretender que os planos de articulação e de equipamento das Forças Armadas sejam transformados em lei, cria a expectativa de que se estabeleça uma maior previsibilidade, regularidade e continuidade em sua alocação, reforçando a característica do documento como resultado de uma Política de Estado e não somente de Governo. A alocação dos recursos financeiros está expressa, também, ao atribuir à Casa Civil e aos Ministérios da Defesa, Fazenda e Planejamento, Orçamento e Gestão a tarefa de elaborar três dispositivos: o primeiro visa a garantir a alocação continuada de recursos financeiros específicos para viabilizar o desenvolvimento integrado e a conclusão de projetos relacionados à defesa nacional; o segundo com o propósito de viabilizar investimentos nas Forças Armadas a partir de receitas eventualmente geradas pelos bens imóveis da União administrados pelas Forças; e o terceiro pretende aplicar nas Forças Armadas recursos provenientes do recolhimento de taxas e serviços. Em termos temporais, as metas de planejamento estão distribuídas em: curto prazo, até 2014; médio prazo, de 2015 a 2022; e longo prazo, de 2023 a 2030.

Neste contexto, nosso País, com preponderante estatura político-estratégica e com aspirações a um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, e por intermédio das diversas esferas governamentais, passou a tomar parte no debate sobre o tamanho que se pretende para a Marinha. Devemos, então, estar aptos a lidar com esse desafio, no presente e no futuro, e possuir argumentos consistentes que justifiquem nosso redimensionamento, especificando a estrutura necessária para compor a Força ideal, ou seja, o Poder Naval que o Brasil necessita. Esse desafio estratégico apresenta-se **sistêmico, dinâmico e cíclico**, porquanto não se refere apenas à base material e seus aspectos logísticos, mas inclui aspectos de formação e qualificação de pessoal e, ainda, remete-se ao reordenamento espacial de nossa Força, com implicações para a estrutura organizacional da Marinha, além de exigir ajustes e aprimoramentos constantes.

Atualmente, o Brasil não possui ameaça militar efetiva, entretanto nada garante que não a terá nos próximos vinte, trinta ou mais anos. A história das civilizações nos mostra que as ameaças podem se materializar repentinamente

para aqueles que possuem grandes patrimônios materiais, como é o caso do nosso País.

Em que pese termos uma sociedade com características pacíficas, o que é corroborado por intermédio da histórica e consistente Política Externa do nosso país, não significa que nossas ações ofensivas estejam inibidas. Nossos planejamentos estratégicos e operacionais conjuntos contemplam a iniciativa das ações, dissuasórias, defensivas ou ofensivas, caso a situação assim venha a indicar.

Especificamente com relação à Marinha, são atribuídas concepções atinentes às tarefas do Poder Naval e à configuração dos seus meios, dentro de um cenário de objetivos estratégicos e táticos. Considero que o documento tem caráter **abrangente e inovador** e, à luz das eventuais mudanças conjunturais do País que podem ter decorrências nas ações nele contempladas, induz a que essa Estratégia requeira sugestões de ajustes e aprimoramentos em seu conteúdo. Assim, entendo ser indispensável o debate da END por todos os senhores.

Obviamente, sem ter a intenção de esgotar o assunto, passo, então, a abordar os **principais aspectos da END** que condicionam o futuro da MB, com ênfase para o Poder Naval. Ressalto que essa Estratégia não trata somente de financiar e reequipar a Marinha, mas, também, de sua reorientação, de seu redimensionamento e de sua reorganização.

A partir da sua destinação constitucional, e para atender aos imperativos constantes dos documentos de mais alto nível, a Marinha estabeleceu a sua **Missão e Visão de Futuro**: “Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria. Estar pronta para atuar na garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; atuar em ações sob a égide de organismos internacionais e em apoio à Política Externa do País; e cumprir as atribuições subsidiárias previstas em Lei, com ênfase naquelas relacionadas à Autoridade Marítima, a fim de contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais”. “A Marinha do Brasil será uma Força moderna, equilibrada e balanceada, e deverá dispor de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais compatíveis com a inserção político-estratégica do nosso País no cenário internacional e, em sintonia com os anseios da sociedade brasileira, estará permanentemente pronta para atuar no mar e em águas interiores, de forma singular ou combinada, de modo a atender aos propósitos estatuídos na sua missão”.

Entende-se como **moderna** a existência de meios atualizados, com até vinte anos em atividades; o **equilíbrio** significa o desenvolvimento de atividades que garantam o emprego simultâneo no mar e em águas interiores, tanto em operações navais como em atividades subsidiárias; já o **balanceamento**, refere-se à capacidade de executar, gradualmente, as tarefas



básicas do poder naval e quaisquer das operações de guerra naval.

Mas **qual será o limite exterior do mar** de que estamos falando? Será o **limite externo da Amazônia Azul** ou até onde houver **interesses do País**? Sobre essa consideração, em 2004, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas estabeleceu a Missão para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), composta por contingentes de vários países, compreendendo, além do componente militar, outros componentes como o de direitos humanos, de polícia, de desarmamento, entre outros. Sem mencionar as demais missões de paz em que participa, a MB se faz presente na MINUSTAH por meio de um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, do tipo Unidade Anfíbia, compondo ainda o Estado-Maior do Batalhão Brasileiro da Força de Estabilização Oficiais do Corpo da Armada e de Intendentes da Marinha. Os nossos meios navais, desde o primeiro momento, foram empregados no apoio logístico ao contingente brasileiro e, ainda hoje, realizam o transporte das tropas, de suas viaturas e de diversos materiais e equipamentos da MB e do Exército Brasileiro. No dia 12 de janeiro de 2010, o contingente brasileiro teve sua missão inexoravelmente ampliada quando um tremor de terra, com epicentro localizado a 10Km a sudoeste de Porto Príncipe, seguido de mais 11 tremores de menor intensidade, foram registrados causando um terrível desastre que acarretou na destruição de cidades e contabilizando um expressivo número de mortos, entre inúmeros feridos e desabrigados. A Base de Fuzileiros Navais **“Acadêmica Rachel de Queiroz”** e os militares da MB no Haiti, sejam do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, do Estado-Maior Combinado, do Estado-Maior da MINUSTAH ou do Destacamento de Segurança de Embaixada, conjuntamente com militares do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, imediatamente mobilizaram-se nos trabalhos de resgate e apoio à população local e nos trabalhos de remoção de escombros, além do previsto nas suas missões originárias. Esta importante missão de paz nos faz pensar, entre outras preocupações, em qual seria o correto dimensionamento da Marinha, em se tratando de limites do mar exterior e de interesses do País.

Neste sentido, de acordo com a END, nossa Força deverá:

- organizar-se e desenvolver-se para atender ao trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença, bem como às características de flexibilidade, versatilidade e permanência;
- contribuir para as operações conjuntas das três Forças;
- estar mais presente na região da foz do rio Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná;
- ter as áreas de jurisdição dos Distritos Navais preferencialmente coincidentes com as áreas dos Comandos de Área das demais Forças, ressalvados impedimentos decorrentes de circunstâncias locais ou específicas;

- adensar a presença no Atlântico Sul e nas fronteiras do País, sendo entendidos esses aspectos como o incremento da capacidade de monitoramento/controle e pela presença física de meios nessas áreas, e em particular, do aumento da ação de presença nos limites exteriores
- fronteiras invisíveis da Amazônia Azul;
- rever a composição do efetivo, qualitativa e quantitativamente, para o atendimento das demandas;
- preparar-se para o cumprimento de missões de Garantia da Lei e da Ordem e das crescentes responsabilidades em operações internacionais de paz sob a égide da ONU e de organismos multilaterais da nossa região;
- ampliar a capacidade de atendimento de compromissos internacionais de busca e salvamento (SAR);
- reorganizar e redimensionar as Forças Navais de maneira a atender a uma hierarquização de tarefas do Poder Naval, na seguinte ordem de prioridade: negar o uso do mar, projetar poder e controlar áreas marítimas, de modo a contribuir para a obtenção da dissuasão;
- manter e desenvolver as capacidades de projetar e de construir submarinos convencionais e de propulsão nuclear;
- contribuir para a pesquisa e desenvolvimento de produtos de defesa, tendo como escopo prioritário o domínio de tecnologias consideradas estratégicas;
- consolidar o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) como força de caráter expedicionário por excelência, além das tarefas que lhe são peculiares;
- dedicar-se ao projeto e à construção de navios de propósitos múltiplos (e eu acrescento - sem abdicar dos Navios-Aeródromos convencionais);
- monitorar a superfície do mar a partir do espaço. Esse aspecto alicerça o desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, ora em andamento;
- desenvolver, juntamente com a indústria nacional de material de defesa, um avião versátil, de defesa e ataque, que comporá a Aviação Naval embarcada;
- estabelecer, o mais próximo possível da foz do rio Amazonas, uma base naval de uso múltiplo, comparável à Base Naval do Rio de Janeiro;
- instalar uma base de submarinos convencionais e de propulsão nuclear, assim como um estaleiro associado;
- constituir uma Esquadra no Norte/ Nordeste do País;
- contribuir para o desenvolvimento do potencial de mobilização militar e nacional;
- contribuir para a valorização da carreira, inclusive em termos remuneratórios;

- contribuir para que a Escola Superior de Guerra venha a servir como um dos principais instrumentos para a formação de especialistas civis em assuntos de defesa e como fórum de debates, entre lideranças civis e militares, relacionados à defesa;
- continuar a atrair candidatos de todas as classes sociais para as escolas de formação; e
- contribuir para a elaboração de uma Política de Ensino para as Forças Armadas, em particular no nível de Altos Estudos.

Esses são alguns dos principais pontos que destaquei sobre a END, com implicações diretas para a MB. Mas quero deixar **três questões** que, ao meu modo de entender, julgo ser o mais importante para conhecimento e reflexão minuciosa por parte dos Senhores e que representará os nossos próximos desafios perante à sociedade.

O **primeiro aspecto** diz respeito ao **espaço temporal e à magnitude econômica envolvida**. Em termos diretos, o custo estimado para a implantação das ações constantes do Plano de Equipamento e de Articulação da MB gira em torno de 90 bilhões de dólares, ao longo de 30 anos. Este valor parece muito, mas é irrisório se comparado, por exemplo, com a receita estimada a ser obtida na camada do pré-sal e, muito mais, quando comparado ao imenso patrimônio da Amazônia Azul. Mesmo assim, os Senhores presenciarão discursos acirrados sobre verbas orçamentárias destinadas à execução das medidas de implementação da END. Além disto, cabe ressaltar que o verdadeiro patrimônio da Nação está além das cifras orçamentárias, pois representa um valor infinitamente superior: o próprio Estado brasileiro.

O **segundo** diz respeito aos **aspectos extrínsecos da iniciativa**, no que concerne a sua concepção fundamental, ou seja, a END busca reestruturar a indústria brasileira de material de defesa com base na busca da autonomia e independência tecnológica, fator este que dependerá, em um menor ou maior grau, do nível de cooperação internacional e da Política Externa brasileira. Nem sempre o **compartilhamento de tecnologia de ponta** será uma unanimidade e, deste modo, poderemos encontrar fortes resistências no desenvolvimento dos setores nuclear, espacial e cibernético. O mesmo diz respeito aos propósitos maiores da Política Externa, seja na sua dimensão regional, seja nos seus objetivos multilaterais e internacionais, os quais poderão reorientar parcerias e, de modo substancial, os vetores de execução da END. No plano internacional destaca-se, ainda, a intenção brasileira de ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU e o aumento da presença brasileira no cenário internacional, o que dependerá, entre outras ações, de uma **maior inserção do Brasil nas operações de imposição e de manutenção de paz da ONU**, ou até de uma ação

independente em determinados teatros especiais, posicionamentos que podem derivar de uma política de Estado própria. O fato torna-se mais relevante quando se trata de participação brasileira em **missões de imposição de paz**, em função da natural aspiração pela paz mundial do Estado brasileiro.

O terceiro e último aspecto diz respeito à **participação de civis em questões militares**, o que foi muito positivo uma vez que, deste modo, todas as ações decorrentes revestiram-se da necessária legitimidade. Desde a criação do Ministério da Defesa, muitas iniciativas foram adotadas visando a inserir as questões relacionadas à Defesa na agenda nacional. Em 2005, foi apresentada ao País uma nova Política de Defesa Nacional. Em 2008, A END. Assim, é de suma importância a percepção do modo como essa **recente sinergia de esforços** ocorre, de modo que os esforços se revertam na obtenção dos objetivos permanentes da Nação e para que a MB possa cumprir sua destinação constitucional e missão.

#### IV – Palavras Finais

O recrudescimento do terrorismo internacional e dos crimes transnacionais dentre as chamadas “novas ameaças” expôs o mundo a um forte sentimento de insegurança nos diversos ambientes, onde se destaca o segmento marítimo.

Esse novo cenário influenciou o equilíbrio do sistema de segurança internacional, obrigando a adequação das estruturas de defesa dos países relacionadas à segurança marítima mundial. Do mesmo modo, percebe-se que, apesar do término da Guerra Fria e do aparecimento das novas ameaças, as principais alianças militares mantiveram inalterados seus mandatos, investindo fortemente em suas forças armadas e ampliando as suas influências de forma global.

Neste contexto, o Brasil passou a desfrutar, a partir de sua estabilidade política e econômica, uma posição de destaque no cenário internacional, o que exigiu uma nova postura no campo da defesa.

Alinhado com essa preocupação, o Governo Federal, com uma importante participação da sociedade por intermédio de seus representantes, lançou a END, como forma de direcionar e canalizar os esforços em prol da obtenção e manutenção dos objetivos constantes da Política de Defesa Nacional, por meio do emprego racional e efetivo de seu Poder Militar. A END, de um modo muito claro, estabeleceu medidas para sua implementação no que tange à reorganização e o reaparelhamento das Forças, para a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e para a recomposição dos efetivos militares.

Com a crescente inserção político-estratégica internacional e com aspirações a um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, o País e a sociedade passaram a tomar parte no debate sobre o tamanho que se pretende para a Marinha e, com esse enfoque, a Força priorizou para o MD os seguintes programas:

- desenvolvimento de submarinos de propulsão convencional e nuclear, base e estaleiro associados, bem como transferência de tecnologia;
- implantação de base naval no Norte/Nordeste do Brasil;
- implantação do projeto “Amazônia Segura”, com a criação e elevação de categorias de Capitânicas, Delegacias e Agências Navais e construção de navios de patrulha fluvial; e
- construção do núcleo principal do poder naval, destacando-se a criação da segunda Esquadra.

Em que pese termos uma sociedade com características pacíficas, nossos planejamentos estratégicos e operacionais conjuntos devem sempre contemplar a iniciativa das ações, dissuasórias, defensivas ou ofensivas, caso a situação assim venha a indicar. Entendo que caberá a toda a Marinha, durante a implantação da END, e em consonância com os anseios da sociedade e do Estado, buscar diuturnamente soluções e o ponto de equilíbrio entre a componente principal da destinação constitucional da MB, que diz respeito à defesa da pátria, com as atribuições subsidiárias, conferidas por Lei, e estas últimas relacionadas ao Poder Marítimo, à Segurança Pública e à fiscalização das leis correlatas. Particularmente, ao Corpo Discente da EGN cabe discutir essas questões, propondo sugestões inovadoras e práticas para serem implementadas.

Por fim, uma mensagem pessoal.

Espero que os Senhores tenham um ano proveitoso e salutar; que possam perceber, estudar e propor soluções para os novos desafios e problemas estratégicos nacionais e da Marinha. Para os Oficiais das Marinhas Amigas e demais convidados das Turmas de 2010, expresso a satisfação de nossa Instituição por terem aceitado o convite de cursar na Marinha do Brasil e espero que os ensinamentos colhidos neste ano possam contribuir para o aperfeiçoamento da formação e para o incremento do intercâmbio entre as Marinhas e as demais Forças Singulares brasileiras. Penso que será um ano inesquecível para todos e que guardarão boas lembranças e sadias amizades.

Meus melhores votos de um bom ano letivo para todos.

Muito obrigado e felicidades.